



Editorial

Jane Mery Richter Voigt ^{a,1}, Shirlei de Souza Corrêa ^{b,2}

(a) Pós-doutora em Desenvolvimento Curricular pela Universidade do Minho – Uminho. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP | Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE e pesquisadora do Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina – OEMESC | Santa Catarina, Brasil | Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8014975082797133>

(1) E-mail (Corresponding author): jane.mery@univille.br

(b) Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, com estágio doutoral na Universidade do Minho – Uminho | Docente do curso de Pedagogia – Uniavan e pesquisadora do Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina – OEMESC | Santa Catarina, Brasil | Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9695160844144072>

(2) E-mail: shirlei.correa@uniavan.edu.br

© O(s) Autor(es) 2021 | Publicado por RBRAEM. Este artigo é publicado com acesso aberto sob os termos da licença internacional Creative Commons Attribution 4.0 (CC BY-NC 4.0).



O Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina – OEMESC foi criado no ano de 2017 por iniciativa de um grupo de professores pesquisadores de programas de pós-graduação de universidades públicas e comunitárias catarinenses. O OEMESC tem se constituído num espaço de estudo e diálogos sobre políticas educativas, com destaque para as políticas curriculares, currículo, formação inicial e continuada, carreira docente e práticas educativas para esse nível de ensino. Atualmente é composto por oito instituições de ensino superior e por um amplo grupo de pesquisadores.

Não por acaso, o ano de criação do OEMESC coincide com a promulgação da Lei 13.475/2017 que instituiu mudanças no Ensino Médio. As discussões sobre esse movimento se

intensificaram quando a reforma curricular, amparada na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, delineou novas propostas curriculares a serem implementadas nas escolas. Acompanhando esse movimento, que imprimiu mudanças significativas no cenário educacional brasileiro, os participantes do OEMESC vêm realizando pesquisas, encontros e jornadas e publicando editoriais mensais com a finalidade de monitorar/problematizar/dialogar sobre os principais acontecimentos relacionados ao Ensino Médio.

Este grupo tem produzido pesquisas sobre diversas reformas curriculares a exemplo do Ensino Médio Integral em Tempo Integral – EMITI, que em Santa Catarina foi implementada com parceria com o Instituto Ayrton Senna e

Instituto Natura, e do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, além de outras produções que versam sobre o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação, análise das políticas curriculares, carreira docente e outros temas.

A parceria entre a Revista Brasileira do Ensino Médio e o OEMESC tem a intenção de fomentar o debate plural nos âmbitos científico e social, contemplando a publicação de pesquisas concluídas e/ou em andamento que tenham, além do foco no Ensino Médio, referência com as principais discussões sobre as políticas curriculares e seus impactos tanto no âmbito estadual, quanto nacional.

Com a intenção de divulgar a contribuição do OEMESC para o campo da ciência, a proposta deste dossiê é reunir pesquisas, discussões e reflexões deste grupo de pesquisadores e socializar produções alinhadas aos recentes acontecimentos a nível estadual e nacional. O objetivo é priorizar estudos e discussões pertinentes ao Ensino Médio, que corresponde à última etapa da Educação Básica, e fortalecer a crítica em relação aos movimentos reformistas e às consequências para o caráter democrático e de direito da educação dos jovens brasileiros.

Este dossiê é composto de cinco artigos de pesquisadores vinculados ao OEMESC. O primeiro texto, de autoria de Juarez da Silva Thiesen, é intitulado **Currículo Base do Território Catarinense: tendência ao apagamento da Proposta Curricular do Estado considerada patrimônio dos educadores**. O texto apresenta uma discussão sobre a produção do documento curricular em Santa Catarina, intitulado Currículo Base do Território Catarinense, documento que passa a organizar e estruturar as práticas curriculares da educação básica no estado de Santa Catarina. Em seu texto, o autor afirma que o processo de construção da Proposta Curricular de Santa Catarina - considerado como uma representação coletiva e dialógica com trajetória de mais de 30 anos - encontra-se secundarizado em relação à condução da construção do atual currículo base. Para o autor, esse processo de construção do documento

representa uma nítida recontextualização da BNCC, haja vista a declarada opção por um currículo que tem como base as competências e habilidades, contrárias aos aspectos teórico-metodológicos que a Proposta Curricular de Santa Catarina evidenciava. No artigo é possível perceber que Santa Catarina, assim como outros estados da federação, vivencia um progressivo apagamento do movimento coletivo de construção curricular.

Pautado numa pesquisa realizada em escolas de Ensino Médio, Celso Kramer e Érica Fernanda Monteiro apresentam o texto intitulado **O poder disciplinar produz, a sociologia problematiza e o PIBID- direitos humanos resiste**. Esse artigo traz contribuições de ações desenvolvidas em escolas do Ensino Médio com o objetivo de sensibilizar os licenciandos sobre a importância de uma Educação comprometida com os Direitos Humanos, propondo exercícios de repensar o ensino tradicional e criar alternativas metodológicas para refletir a escola e seus paradigmas. Problematizando a concepção de escola que é concebida como uma instituição disciplinar, que produz corpos, esquadrinha o tempo e controla os saberes, os autores, embasados em Michel Foucault, discutiram o componente curricular de Sociologia e problematizaram os paradigmas escolares e as metodologias tradicionais.

Os autores Monica Bez Batti e Rafael Rodrigo Mueller, a partir do texto intitulado **As possibilidades de formação integral nos documentos orientadores do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) no contexto da escola**, apresentam resultados de uma pesquisa acerca das possibilidades de formação integral nos documentos orientadores do Programa Ensino Médio Inovador no contexto da escola. Os achados indicam que, do ponto de vista organizacional e teórico, os documentos apresentam possibilidades de formação integral. No entanto, quando essa análise se volta para a aplicabilidade no contexto da escola, são identificados limites e carências. Para os autores, as possibilidades anunciadas nos documentos orientadores não correspondem ao amplo

desenvolvimento do sujeito na perspectiva da omnilateralidade.

O texto de Marly Krüger de Pesce traz como tema **O envolvimento de estudantes do Ensino Médio com as tecnologias digitais na visão de professores**. Neste artigo a autora apresenta dados de uma pesquisa realizada com professores de escolas de Ensino Médio, com o objetivo de compreender como professores percebem o envolvimento dos estudantes do ensino médio com as tecnologias digitais. De acordo com os dados da pesquisa, uma das percepções dos professores é que os jovens são dispersos e utilizam o celular para acessar as redes sociais. A pesquisa indica, ainda, que os estudantes têm dificuldade em utilizar outras ferramentas para desenvolver seus estudos, mas os professores investigados reconhecem que os jovens se envolvem quando são propostas atividades digitais. Para os professores, os jovens se constituem na realidade virtual, célere e fugaz, exigindo uma nova prática educativa nas escolas de Ensino Médio.

As autoras Daniela Thomas Rauber e Viviane Grimm realizaram um estudo que analisou a compreensão que os estudantes do ensino médio integrado (EMI) tem sobre o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O texto **O Programa de Auxílios Estudantis do IFC na percepção dos estudantes do Ensino Médio Integrado**, submetido pelas autoras, apresenta indícios de que os estudantes entendem o PAE como um direito, apesar de não conhecerem a história da assistência estudantil no Brasil. Dentre algumas dificuldades de entendimento legal, os estudantes apresentam uma visão positiva sobre o programa, pois para a maioria dos participantes este propiciou melhoras na qualidade de vida.

O texto **A reforma do ensino médio em escolas de assentamentos em Santa Catarina: contexto, estranhamentos e ressignificações** traz importantes elementos que permitem a discussão sobre a implantação da Reforma do Ensino Médio em Santa Catarina, com destaque para os estranhamentos e ressignificações no âmbito de escolas de assentamentos. Os autores,

Willian Simões, Edilaine Aparecida Vieira, Agnaldo Cordeiro e Juliano André Deotti da Silva ressaltam que essas experiências pedagógicas estão ancoradas nos pressupostos da pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e diante desses movimentos de mudanças, essas escolas de assentamentos da reforma agrária têm atuado em defesa de seus legados pedagógicos.

Esse conjunto de textos é também um conjunto de vozes, um coletivo organizado de pesquisadores que imprimem, a partir de suas pesquisas, contribuições para as discussões em torno da temática do Ensino Médio que, embora tenha destaque para as particularidades de Santa Catarina, está diretamente vinculado com os principais acontecimentos e discussões que acontecem em todo o país.

O convite para a leitura dos textos que compõem esse dossiê é uma forma de contribuir para o debate, para a discussão e para a problematização desse amplo movimento que vem se intensificando no cenário brasileiro e que traz intrinsecamente (ou não) interesses e influências globais. O convite está lançado!